

**ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE HISTÓRIA À
LUZ DE PAULO FREIRE: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DA
E. M. PAULO FERRAZ DE SOUSA DEGRAJAÚ, MARANHÃO**

*ANALYSIS OF THE PEDAGOGICAL PRACTICES OF HISTORY TEACHING IN
THE LIGHT OF PAULO FREIRE: A STUDY BASED ON THE REALITY OF E.
M. PAULO FERRAZ DE SOUSA DE GRAJAÚ, MARANHÃO*

**Rejania dos Santos Barros 1
Paulo Sergio Castro Pereira 2**

Resumo: Aborda as práticas pedagógicas da disciplina de História na Escola Municipal Paulo Ferraz de Sousa, no Maranhão. Busca entender como os professores estão trabalhando para formar alunos conscientes de seu papel no mundo. O estudo entrelaça as propostas de ensino da História estabelecidas pelas leis com as reflexões de autores como Schimdt, Freire e Fonseca. Contribui para a discussão sobre o Ensino de História na educação básica para entender como o professor pode atuar no processo de empoderamento do aluno como sujeito crítico. Faz-se a análise local para apreender como os professores do município de Grajaú estão determinados a mudar as condições políticas e sociais da comunidade escolar por meio da escolarização. Busca entender a realidade escolar e propor práticas de ensino.

Palavras-chave: Ensino de História. Política Educacional. Educação Básica. Maranhão.

Abstract: It addresses the pedagogical practices of the History discipline at the Paulo Ferraz de Sousa Municipal School, in Maranhão, seeking to understand how teachers are working to form students aware of their role in the world. The study intertwines the proposals for teaching History established by law with the reflections of authors such as Schmidt, Freire and Fonseca. It contributes to the discussion on the Teaching of History in basic education and to understand how the teacher can act in the process of empowering the student as a critical subject. A local analysis is carried out to understand how teachers in the municipality of Grajaú are determined to change the political and social conditions of the school community through schooling. It seeks to understand the school reality and propose teaching practices.

Keywords: History Teaching. Educational Politics. Basic Education. Maranhão.

1-Graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)(PARFOR) – Grajaú. Professora da rede Municipal. ORCID: 0009-0006-4319-058X. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2794188457994663> . E-mail: rejaniam@gmail.com

2- Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, Brasil, (2008). Professor da Universidade Federal do Maranhão. Diretor Colégio Universitário – Colun (UFMA). ORCID: 0009-0004-7926-2392. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3768876840208818>. E-mail: paulo.castro@ufma.br

Introdução

Este trabalho faz uma análise das práticas pedagógicas da disciplina de História, ministrada nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Paulo Ferraz de Sousa, localizada na Av. João Batista Nava, nº 01 A, Bairro de Fátima, Grajaú - Maranhão. Este trabalho também trata de uma análise freiriana a respeito do Ensino de História, enfocando nas habilidades e saberes necessários aos estudantes e aos docentes. Propõe-se um entrelace entre as propostas de ensino da História estabelecidas pelas leis que regulamentam as práticas pedagógicas, a perspectiva de autores como Schimdt, Freire, Fonseca e outros, e crítica a prática registrada na escola que fora observada. Isto significa fazer um estudo sobre teoria e prática do exercício da docência do Ensino de História.

Neste contexto, faz-se necessário a discussão sobre a importância do Ensino de História; assim com letras maiúsculas mesmo, representando um conceito, conceito este que denota um conjunto de práticas pedagógicas, da realidade das escolas brasileiras e do poder que vai além da ciência que a História representa. Assim nasceu a primeira etapa do tema: Análise das Práticas Pedagógicas do Ensino de História, que trata do problema de modo geral, holisticamente.

A escolha desta escola como campo de pesquisa se deu devido ao período em que fora desenvolvido o estágio na disciplina de História, estágio este que gerou um relatório detalhado que levantou sérios dados sobre a realidade do estabelecimento de ensino. A partir da realidade da escola que é a problemática mais específica, partiu-se para uma problemática maior, o problema do Ensino de História no Brasil e as práticas pedagógicas utilizadas, se estão ou não trabalhando para formar pessoas conscientes de seu papel no mundo e que sejam capazes de criticar este papel, quando necessário.

O objetivo do presente trabalho é somar para a discussão e compreensão do Ensino de História na educação básica, assim como entender qual seria a melhor atuação do professor no processo de empoderamento do aluno como sujeito crítico. Além de fazer uma análise local de como os professores do município de Grajaú, Maranhão, estão determinados a mudar as condições políticas e sociais da comunidade escolar por meio da escolarização.

O Ensino de história baseado em Paulo Freire e outras perspectivas

Paulo Freire, no final dos anos de 1950, se tornou importante pensador para se fazer uma pedagogia libertadora, onde se preocupava com a emancipação intelectual do indivíduo, como ele mesmo aponta, “é preciso aumentar o grau de consciência (do povo) dos problemas de seu tempo e de seu espaço. É (preciso) dar-lhe uma ideologia do desenvolvimento” (1959, p.28). Este pensamento corrobora com a proposta deste trabalho, de reforçar a importância que o Ensino de História tem para com o estudante e sua instrumentalização para entender seu tempo e espaço.

Ainda nessa direção, é inegável que o saber histórico é instrumento primordial do historiador/docente para a constituição de uma educação para a diversidade, seja ela, religiosa, econômica, de gênero ou étnica, pois de acordo com Marc Ferro, “não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para toda a vida” (1983, p.11). Um ensino de História que visa o desenvolvimento de uma consciência para a vida em sociedade, problematizador e engajado com as realidades do presente, depende das formas como esses saberes históricos são trabalhados em sala de aula. Ao encontro dessa afirmação, segundo Jaime Pinsky e Carla BassanziPinsky, “queiram ou não, é impossível negar a importância, sempre atual, do ensino de História. (...) A História é referência.

É preciso, portanto, que seja bem ensinada” (2010, p.19). Nessa citação, os autores nos atentam para o fato de que o conhecimento histórico não se faz por ele mesmo, não é a

disciplina de História que contribui para a formação do estudante pensante, mas o professor de História que apresenta, reelabora e propõe os saberes históricos de forma que estes instrumentalizem seus alunos na arte de pensar.

Mais uma vez, o papel de instrumentalizar os estudantes na competência interpretativa do mundo é fundamental para o ensino de História, assim como deve ser o compromisso da educação e da pedagogia como um todo, pois, segundo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, uma “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por uma libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará” (1984[b], p.32) deve ser o foco do fazer docente. Freire em sua análise sobre o papel da educação no processo intelectual de libertação dos sujeitos aprendentes afirmou:

Sua luta se trava entre eles serem eles mesmos ou seres duplos. Entre expulsarem ou não o opressor dentro de si. Entre as desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão que atuam, na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados em seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo... A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é o homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressor-oprimido, que é a libertação de todos (1984[b], p.36).

O professor de História, como o profissional que detêm os saberes, deve oferecer aos educandos condições, ou mesmo um espaço para a prática da reflexão, que lhe possibilite adquirir as ferramentas necessárias para o trabalho, ou para possibilitar que os educandos alcancem seu status de “novo homem” conforme as palavras de Freire. De acordo com Maria Auxiliadora Schmidt,

O saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas (SCHMIDT, 2010, p.67).

A História como matéria não é informativa, como pensa o senso comum, diferente disto ela é formativa, diante da prática do docente, ela é responsável por ensinar aos sujeitos a relação entre os períodos históricos, problematizando as vivências em seu tempo e principalmente criando problemáticas de reflexões sociais, transformando, como descrito acima, temas da história e do cotidiano em problemáticas a serem pensadas. Portanto, ainda segundo Schmidt,

Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História. O aluno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom – comumente ouvimos os alunos afirmarem: ‘eu não dou para aprender História’ -, nem mesmo com uma mercadoria que se compra bem ou mal (SCHMIDT, 2010, p.57).

Segundo Paulo Freire (1992), essa promoção da consciência pelo empoderamento do sujeito, ultrapassa a simples iniciativa individual, a superação de circunstâncias reais de suas

vidas e permite compreender as complexidades das relações sociais econômica e política, de forma a instruí-los a um olhar mais holísticos dos processos históricos no qual estão inseridos.

Assim, de acordo com Schmidt, “A aula de História é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer a seu aluno a apropriação do conhecimento histórico existente, através de uma atividade com a qual ele retome a atividade que edificou esse conhecimento” (2010, p.57). Para Schmidt, na sala de aula, diariamente o historiador/docente, inteirado do papel como sujeito histórico, trava “um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática, ensino e pesquisa” (2010, p.57).

Parâmetros Curriculares Nacionais e Lei de Diretrizes de Bases

Nesta parte do trabalho, será dada uma valorização especial aos PCNs, porém, não serão desconsiderados nenhum dos documentos que são essenciais para o progresso da Educação brasileira. A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), por exemplo, de 1996, é um destes documentos que norteiam os objetivos do sistema educacional.

A LDB nº 9394/96 abriu um espaço para consolidar medidas que ampliaram o acesso e melhoraram o financiamento do ensino no Brasil (Nova Escola, 2016), tornou a Educação Básica obrigatória e gratuita, além de definir etapas como: pré-escola, Ensino Fundamental (que com o tempo foi alterada para o curso de nove anos) e Ensino Médio. Para se manter ativa, a LDB precisou aliar-se, ou melhor dizendo, reforçar-se com o Plano Nacional de Educação (PNE). Já a PNE, estabelece metas para serem alcançadas a cada 10 anos.

Seria incoerente, ou até mesmo um deslize, ignorar tais leis que representam normas para o controle do Estado sobre a Escola Estatal (também comumente chamada de Escola Pública). Refiro-me ao poder que o Estado exerce sobre o controle das políticas educacionais, assim como da própria escola em si. Não há aqui a intenção de tecer críticas ou iniciar uma discussão entre o público e o privado, tão pouco iniciar uma fala anarquista. Simplesmente, destaca-se, como consta nos incisos I e II do art. 3 da LDB, a gratuidade obrigatória do ensino fundamental e do ensino médio, que obviamente são mantidos pelo Estado.

Neste panorama, baseado em leis e estratégias de desenvolvimento da educação brasileira que, continuando a abordagem freiriana do processo de libertação, analisaremos os PCNs, na intenção de encontrar neles, pontos que sustentem a prática desta pedagogia. Para entender melhor o problema do ensino de História aqui evocado, é de suma importância a leitura de um dos textos que alicerçam o currículo nacional da disciplina no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apontam como se espera que as aulas de História sejam ministradas e onde se deseja chegar com as abordagens pré-estabelecidas, por assim dizer.

Ao se tratar do Ensino Fundamental, logo no início do documento, encontram-se os objetivos pretendidos com os PCNs, espera-se que os alunos sejam capazes de, por exemplo, “posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas” (BRASIL, 1998, p.7), ou ainda, “questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação” (BRASIL, 1998, p.8).

Ao ler, entender e analisar as propostas objetivadas, espera-se que os professores sejam capazes de avaliar se as propostas são adequadas e se estão ou não sendo aplicadas em suas aulas. Cabo ao docente, desenvolver primeiramente o pensamento crítico pessoal, para posteriormente ajudar seus educandos no mesmo processo.

Quanto ao ensino de história, os PNC's indicam que devem ser trabalhados conteúdos que tenham o objetivo de contribuir para a formação intelectual e cultural dos estudantes; favorecer o conhecimento de diversas sociedades historicamente constituídas, por meio de estudos que considerem múltiplas temporalidades;

propiciar a compreensão de que as histórias individuais e coletivas se integram e fazem parte da História. (SILVA, 2014, p. 92).

Ainda segundo João Carlos da Silva, “para a nova legislação o importante a ser trabalhado não é a acumulação dos conhecimentos, mas a aquisição de habilidades que permitam a reflexão, interpretação dos conhecimentos a fim de compreender o mundo que o cerca” (SILVA, 2014, p. 92). A forma de lecionar deve objetivar a capacidade do educando de identificar em seu grupo social, as suas responsabilidades e sua identidade como participante desse grupo. Segundo os PCNs, cabe ao professor a tarefa de criar situações em que os alunos consigam, ou tenham a oportunidade de estabelecer relações entre o passado e o presente, que sejam capazes de partir na análise de temas sociais, do particular ao geral e vice-versa.

Veja que mesmo ao se falar de métodos didáticos, as orientações se preocupam com o desenvolvimento do estudante como indivíduo pensante, crítico. O que pode ser observado nas situações didáticas sugeridas como privilegiadas: “questionar os alunos sobre o que sabem, quais suas ideias, opiniões, dúvidas e/ou hipóteses sobre o tema em debate e valorizar seus conhecimentos” (BRASIL, 1998, p. 77); e também “propor novos questionamentos, fornece novas informações, estimular a troca de informações, promover trabalhos interdisciplinares” (BRASIL, 1998, p. 77).

Nota-se que em algum grau, as ideias de Paulo Freire são coerentes com os PCNs. Contudo, as pesquisas históricas ao longo dos anos tornam-se cada vez mais complexos, com a urgência dos atuais objetos de estudo e a utilização de novos métodos que abordam a histórica, implica em paradigmas importantes para o ensino. Esta constatação se evidencia ao atentarmos que ensino de História desde o século XIX se adapta às condições materiais dadas no agora, e às propostas dos governos em exercício, e com isso, também devem se adaptar aos debates científicos das correntes historiográficas. Enquanto no século XIX o objetivo do ensino de história era fortalecer a nacionalidade do indivíduo, nos últimos o objetivo é unir os sujeitos, sem fronteiras.

3 Aplicação do questionário aos alunos

Para levantar dados mais completos e confiáveis sobre como se dá o Ensino de História nesta escola, optou-se por aplicar um questionário que, através dele, pode se obter dados estatístico. Os dados foram coletados, processados, analisados e disponibilizados em forma de tabelas e gráficos para melhor representação do quadro pedagógico atual. A aplicação deste questionário implica em avaliar a relação da prática pedagógica para entender o todo do diagnóstico educacional.

Dois questionários foram utilizados, números 01 e 02, o primeiro destinado aos alunos e o segundo aos professores. Ambos os questionários foram aplicados no dia 29 de novembro. Ao todo 40 (quarenta) alunos entre 10 e 16 anos de idade participaram da pesquisa, estudantes do 6º e do 9º ano do ensino fundamental. Todos os alunos que participaram foram voluntários, ou seja, optaram por participar da pesquisa por livre e espontânea vontade. Depois de coletados, analisados e processados, os dados da pesquisa apresentaram os seguintes resultados: Constatamos que entre os quarenta entrevistados, 19 se declararam do sexo masculino, 19 do sexo feminino e 2 se identificaram com a opção. O dado é interessante no sentido de entender o perfil dos alunos e até onde o sexo pode influenciar nas respostas, contudo, não lavaremos a pesquisa para este rumo.

Entre os participantes, 30 alunos frequentavam o 6º ano do ensino fundamental, enquanto apenas 10 alunos frequentavam o 9º ano do mesmo nível escolar. A diferença entre turmas leva a concluir que há uma diferença de idades entre os participantes de classes diferentes.

Aqui, sobre a regularidade das aulas, 75% dos alunos disseram que SIM, que há aulas com regularidade, 15% disseram que NÃO e 10% esqueceram ou não quiseram responder. Como dito acima, essa regularidade é importante pois indica que há um trabalho contínuo sendo realizado com estes alunos. Ensinar exige convicção de que a mudança é possível, e a mudança é gradativa.

Ao perguntar sobre a relevância/importância das aulas, 37 alunos, ou seja, 92,5% disseram considerar as aulas Muito Importante, 7,5% alunos declararam como Pouco Importante e nenhum dos alunos disseram que a aula não tinha importância alguma (opção Sem Importância). O resultado é satisfatório para o professor, principal agente na formação do educando. Cabe ao professor a responsabilidade de instruir o aluno para que ele, na utilização de suas faculdades, possa enxergar a importância e o poder libertador que a disciplina possui.

Para quantificar o nível de aprendizagem nas aulas de História, foi pedido que os alunos indicassem como consideravam este nível apontando um número entre 1 e 10. O quantitativo está à mostra na tabela abaixo:

Tabela 1.

Quantidade de alunos:	Avaliação do nível de aprendizagem:
1	5
3	6
7	7
20	8
7	9
1	10
1	Esqueceu de responder

Fonte: pesquisa da autora.

Estas notas são significantes, pois avalia a própria percepção sobre seu nível de aprendizagem, em outras palavras, sobre a eficiência das aulas de história. Como demonstrado na tabela acima, seis notas se repetiram. Para sintetizar, a média das notas obtidas é de 7,5, um índice razoável, mas não tão bom quanto esperado em decorrência do resultado obtido na questão sobre a importância da disciplina. Para este item é importante ressaltar um fator crucial para o processo de ensino dos educadores, a valorização dos saberes dos educandos, que, para ser trabalhado depende de outro fator muito importante para o método pedagógico do educador, o diálogo (FREIRE).

Sobre o quanto os alunos consideravam que a professora tem domínio sobre a disciplina que leciona, pesquisados responderam que 37 (92,5%) acreditam que a professora detém domínio sobre o assunto dado em aula, enquanto 3 (7,5%) consideraram que NÃO, a professora não domina o assunto trabalhado em aula. O dado é delicado, mesmo sendo positivo, pois a resposta parte da percepção que o aluno tem sobre o conhecimento compartilhado pela professora, conhecimento este muitas vezes não confrontado pelos alunos, devido falta de métodos de pesquisa, imaturidade devido à baixa idade, confiança excessiva na professora enquanto fonte de saberes e etc. O educador deve ser consciente de todas estas variáveis e ser honesto e responsável para com o educando. O professor não é detentor de todos os conhecimentos da sua área de atuação e está sujeito as falhas durante o processo de transmissão

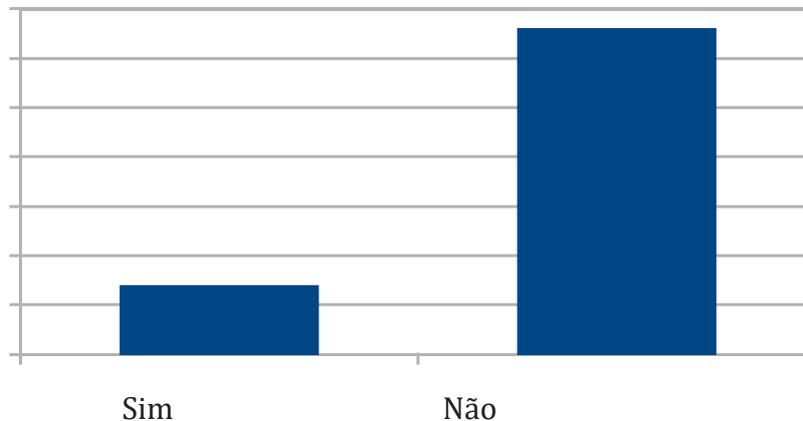
de informação. Cabe a ele adotar uma postura honrosa, como cita o exemplo dado por Freire:

Se perguntado por um aluno sobre o que é “tomar distância epistemológica do objeto” lhe respondo que não sei, mas que posso vir a saber, isso não me dá a autoridade de quem conhece, me dá a alegria de, assumindo minha ignorância, não ter mentido. E não ter mentido abre para mim junto aos alunos um crédito que devo preservar. Eticamente impossível teria sido dar uma resposta falsa, um palavreado qualquer. Um chute, como se diz popularmente. Mas, de um lado, precisamente porque a prática docente, sobretudo como a entendo, me coloca a possibilidade que devo estimular de perguntas várias, preciso me preparar ao máximo para, de outro, continuar sem mentir aos alunos, de outro, não ter de afirmar seguidamente que não sei. (FREIRE, 1996, p.38-39).

Assim, considerando que somos sujeitos inacabados, carentes de adquirir mais saberes, o diálogo e a busca por conhecimento se tornam mais real e respeitosa na relação professor-aluno. Reconhecer que não sabe, não isenta o professor da responsabilidade de buscar saber, pelo contrário, o professor deve valorizar a pesquisa, pois educar exige pesquisa.

Ao afirmar que somos sujeitos inacabados, refiro-me também ao professor, ao historiador, ao pesquisador e não apenas ao aluno. O professor que acredita ser um sujeito acabado, no sentido de não necessitar aprender mais nada, este já falhou como profissional e como pessoa.

Gráfico 1.



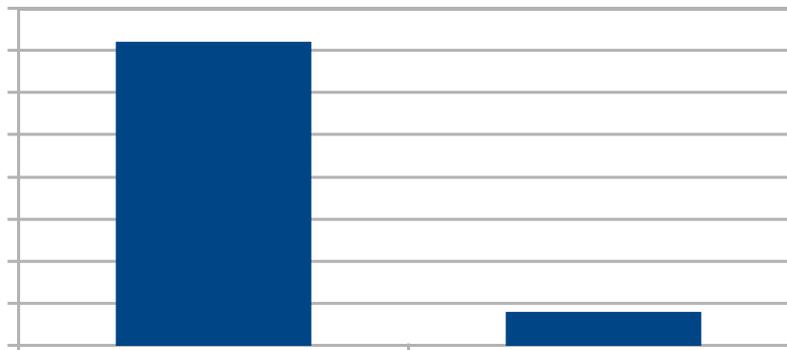
Neste item 82,5% dos alunos disseram que o professor não utiliza recursos como vídeos, imagens e músicas em sala de aula, enquanto 17,5% disseram que utilizam. Deve-se adiantar que nos questionários aplicados aos professores, a resposta é totalmente contrária, afirmando que sim, utilizam tais recursos. É importante salientar que o uso de recursos multimídia tornam a escola e a aula mais interessante para os alunos, considerando que para eles a realidade é tecnológica, e uma escola arcaica, que priva o uso de tecnologias, torna-se uma escola que não representa o mundo real para eles – os alunos. Já o livro didático, este é utilizado frequentemente, assim afirma professores e alunos na pesquisa.

A resposta dos alunos quanto ao uso do livro didático é de 97,5% Sim, usa o livro didático em aula, e 2,5% Não, o professor não usa o livro didático em aula. A respeito do uso do livro didático, não há nada de errado, usa-se como recurso indispensável ao método escolar, porém, como qualquer outro recurso, deve ser bem trabalhado, usado inteligentemente, a fim de buscar alcançar as metas desejadas para desenvolvimento escolar. Na PCN, sobre a caracterização da área e a História no ensino fundamental, encontra-se o seguinte trecho:

Os métodos tradicionais de ensino - memorização e reprodução - passaram a ser questionados com maior ênfase. Os livros didáticos difundidos amplamente e enraizados nas práticas escolares foram criticados nos conteúdos e nos exercícios propostos. A simplificação dos textos, os conteúdos carregados de ideologias, os testes ou exercícios sem exigência de nenhum raciocínio foram apontados como comprometedores de qualquer avanço no campo curricular formal (BRASIL,1998, p. 28).

Desta forma, este fragmento salienta a necessidade do docente se policiar quanto ao uso do livro didático meramente como ferramenta de memorização e reprodução, fugindo da racionalização, mesmo que inconsciente, e prejudicando o currículo, que aliás é outro problema a se estudar.

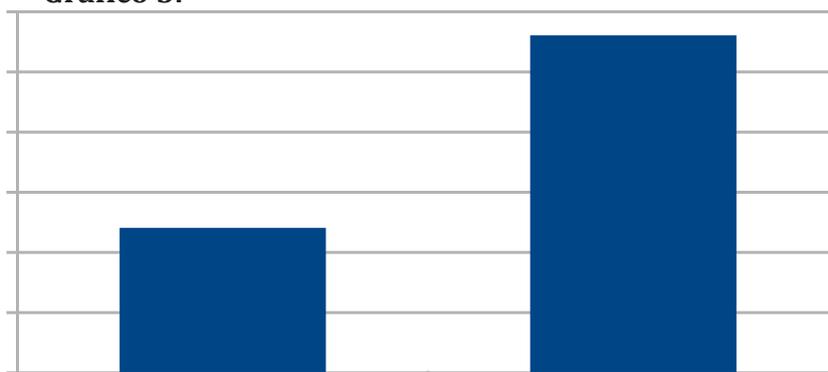
Gráfico 2. As aulas são estimulantes?



Sobre o estímulo dos alunos, 90% disseram que acham as aulas Interessantes, enquanto 10% disseram considerar as aulas Chatas. Um dado interessante é que 3 dos 4 alunos que apresentaram resultado negativo neste item, são alunos do nono ano, estes mesmos indicaram notas 6 e 7 quanto ao seu nível de aprendizagem na disciplina. Dados que são coerentes entre si. Seria importante que os professores destes alunos sondassem melhor o que está causando o desencanto, preocupando-se inclusive com o risco de evasão escolar, uma realidade na educação local e nacional.

Todas as questões levantadas aqui são importantes e acusam algum ponto positivo ou negativo no processo educacional destes alunos. Para validar as respostas dos alunos, cruzamos seus dados com os dados obtidos também no questionário aplicado aos professores, esperando o máximo de coerência entre as informações fornecidas por ambos os grupos, educadores e educandos.

Gráfico 3.



Vinte e oito (28) alunos disseram não saber o que é ideologia. E 12 disseram que sim. Destes que disseram sim, apenas 2 são do 6º ano, enquanto os outros 9 são do 9º ano. Pode-se observar que é um conhecimento mais presente no grupo do 9º ano. Esta pergunta talvez seja uma das mais importantes deste questionário. Não porque é um assunto que está em alta devido a polarização política da atualidade, mas, por ser inegável e indispensável de se trabalhar se quisermos que nossos educandos sejam realmente críticos. Ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica, afirma Freire.

Quase todas as perguntas feitas aos entrevistados eram perguntas com respostas de múltipla escolha, salvo, uma pergunta subjetiva. Esta pergunta subjetiva questionava o seguinte: Qual a importância das aulas de história paravocê? As respostas praticamente repetiram-se, mesmo sendo subjetivas, afirmando algo como “saber/conhecer sobre o nosso passado”, de forma bem sucinta. Pode-se questionar se tal visão tem influência do professor ou não, e atentar-se para esta visão fechada, não condizente com uma visão crítica da prática docente e do Ensino de História em si. Pinsky problematiza esta visão da História:

Da maneira como a maioria dos manuais insiste em nos apresentar a História, esta parece ser, efetivamente, a “ciência do passado”. Ciência, no sentido positivista, suposta detentora de verdades universais e definitivas, imutáveis e indiscutíveis. E do passado, pois a História não tem, para muitos, nenhum compromisso com o presente, já que só se preocuparia com “o acontecido”. Essa concepção de História, embora muito criticada “em tese” e fruto de chacotas, ainda é utilizada na prática de muitos historiadores, autores e professores para quem historiar é simplesmente relatar algo que já ficou para trás. Presos a uma cronologia estabelecida há muito tempo, evitam fazer “cortes” criativos, refugiando-se na assepsia de uma História pretensamente neutra (PINSKY, 2009).

Para o autor, esta visão não condiz com o que de fato o Ensino de História oferece, pois para que o sujeito se torne crítico e questione o mundo, ele deve ser capaz de criticar o mundo em que ele vive, este que mesmo sendo presente, é história.

4 Questionários aplicados aos professores.

Aos professores, aplicamos um questionário com exatamente 10 questões iguais para ambos, entre elas duas questões subjetivas. Apenas dois professores participaram desta etapa da pesquisa, os dois professores responsáveis pelas crianças que responderam o questionário 01.

Constatamos que a Professora A é do sexo feminino e o Professor B é do sexo masculino. Os professores citados são respectivamente: Helena Paula C Melo Vieira e Antônio da C. Santos.

Perguntados sobre seu nível de formação, ambos professores, tanto Professora A quanto Professor B responderam possuir o título de especialista (Lato Sensu), e que não visavam no momento continuar a carreira acadêmica. Perguntados sobre o uso do livro didático, ambos disseram utilizar o livro frequentemente. A Professora A afirmou que “por falta de recursos para outros meios de informação, fica complicado não depender excessivamente do livro”.

Já sobre a utilização do uso de outros recursos como filmes, revistas, música e etc, 100% dos professores afirmaram que sim, utilizam tais recursos e que este uso é recorrente. Este dado não é coerente com o dado obtido no questionário dos alunos, que negam a prática da utilização de tais recursos em sala de aula. Ao perguntar como o professor avaliar seus alunos, cada um deu sua resposta:

Professora A respondeu:

“Qualitativamente e quantitativamente através do conhecimento/aprendizagem referente aos assuntos e ao mundo.”

Professor B respondeu:

“A avaliação é de forma contínua, levando em consideração os aspectos qualitativos e quantitativos dos educandos, observando os avanços ocorridos em cada período estudado.”

Nota-se que em ambas as respostas, há um interesse com o conhecimento adquirido pelo seu educando, e como cita a Professora A, conhecimentos “referentes aos assuntos (discutidos em aula) e ao mundo”.

Ainda neste questionário, foi perguntado se conheciam documentos como PCNs, LDB, BNCC e outros. Os professores, A e B responderam que conhecem, e em diálogo demonstraram realmente conhecer e aplicar esses conhecimentos em suas aulas. Logo em seguida, as perguntas lançadas foram: Conhece os escritos pedagógicos de Paulo Freire? É favorável à sua pedagogia?

As respostas de ambos os professores foram Sim para as duas perguntas, tanto conhecem os escritos e a filosofia do autor, quanto tentam aplicá-las no cotidiano escolar, porém, como destacou o Professor B, “ainda está um pouco distante da nossa realidade, porque somos barrados pelo próprio currículo da escola”.

A última pergunta feita no questionário é a seguinte: As atividades que você elabora torna ou tenta tornar os seus alunos sujeitos críticos? Os professores responderam o seguinte:

Professora A -

“Depende muito da atividade, as vezes sim e as vezes não. Quando elaboro reflexões orais e escritas que os levam a pensar o conteúdo e emitir os seus próprios conhecimentos ou refletir algo (assuntos) sujeitos a críticas.”

Professor B -

“Sim, na medida em que o aluno desenvolve uma atividade do currículo em História contextualizando os fatos passados e confrontando com o presente, está se tornando agente crítico e transformador de sua história.” O resultado da última pergunta não só resume a visão que os professores possuem sobre o Ensino de História, que aliás está totalmente em sintonia com pensamentos freirianos, como resume o cerne daquilo que foi proposto como objeto de estudo para este trabalho de conclusão.

Análise de Resultados

Avaliando o resultado do que foi analisado a partir dos questionários aplicados, relacionando com os apontamentos feitos sobre como deve ser o ensino de história embasado na ótica de Paulo Freire e no pensamento de outros autores como Maria Auxiliadora Shimidt, por exemplo, chega-se aos seguintes resultados alcançados, relacionados a seguir. Confirma-se a importância das práticas pedagógicas freirianas em consonância com as legislações vigentes, sem as quais não se estabelece um diálogo com o currículo escolar que, bom ou não, é o regedor de como os docentes devem trabalhar. Há de fato algumas falhas no sistema educacional, contudo, é a pesquisa de História e a pesquisa pedagógica, esta que possibilita associar o conhecimento teórico ao prático, que nos levarão a transformação da educação brasileira.

Quanto à metodologia utilizada, acredita-se que as ações tomadas foram plausíveis para com os objetivos, que as abordagens utilizadas foram as mais adequadas considerando a realidade diagnosticada desde o primeiro contato com o objeto observado, durante o estágio supervisionado em 2018.

Ressalta-se também a importância do diálogo com o educando, para entender como ele se vê e se coloca dentro do processo educacional. Contatamos que os alunos gostam das aulas de História, e conforme vão avançando nos anos escolares, tendem a mostrar menos interesse. Talvez porque a abordagem ou a escola deva ser diferente para com eles. Identificamos que reconhecem a importância da disciplina, e que dominam algum entendimento sobre como o estudo de História possibilita entender seus lugares no mundo e sua realidade. Percebe-se também que alunos mais velhos já entendem o conceito de ideologia e que estão mais propícios para enxergar elas no dia a dia.

Comprovou-se que os professores de História da E.M. Paulo Ferraz de Souza, estão cientes das legislações vigentes assim como conhecem as obras do 22 teórico Paulo Freire e são

favoráveis às suas ideias. Além disso, já trabalham e avaliam os seus educandos preparando-os para o empoderamento e transformando-os em sujeitos críticos, reflexivos e conscientes.

Considerações Finais

Quando se iniciou a pesquisa sobre o tema proposto, constatou-se que havia a necessidade de desenvolver um estudo sobre o Ensino de História, devido sua importância para a formação do professor de História e conseqüentemente para seus alunos. Daí a importância deste trabalho. Partiu-se de um problema geral, que era a análise das práticas pedagógicas do Ensino de História e continuamente estendeu-se para a análise da realidade da Escola Paulo Ferraz de Souza, um problema mais específico.

Desta forma, propôs-se a analisar as aulas observadas durante o estágio supervisionado, os dados coletados por meio de questionário, e as práticas pedagógicas dos professores, o processo ensino-aprendizagem e culminaram na demonstração em forma gráfica os dados coletados durante a pesquisa aplicada, além de analisar os referenciais teóricos e documentos como os PCNs, a LDB e etc. Endente-se que estas análises foram realizadas com sucesso, e que cada um dos resultados foram disponibilizados de forma clara e concisa. Este trabalho, sem sombra de dúvidas serve para enriquecer o estudo sobre o Ensino de História e para conhecer melhor a realidade local.

Durante o trabalho verificou-se que os professores (EM Paulo Ferraz de Souza) estão conscientes das pautas aqui problematizadas, e que estão trabalhando para desenvolver um belo trabalho, trabalho que contribui para a sociedade e humaniza os indivíduos que estão envolvidos no processo de aprendizagem direta e indiretamente. Este trabalho ainda pode ser ampliado, alcançando um território mais amplo, capaz de analisar mais escolas e obter dados mais precisos sobre o município. A intenção nunca foi confirmar hipóteses, mas simplesmente constatar a realidade escolar e dar continuidade ao estudo sobre práticas de ensino.

Finalmente, acredita-se que todas as etapas deste trabalho foram concluídas com êxito. Todos os resultados estão a contento e satisfazem as exigências da pesquisadora. Embasado nas leituras de livros, artigos e em outros documentos, percebeu-se que a pesquisa sobre o ensino de história é crescente e está ampliando seus objetos, que normalmente discorrem sobre “o que ensinar” e como ensinar a História.

Até o dado momento, endente-se, e este trabalho contribui para isso, que este tema como objeto de estudos tem se modificado de acordo com os grupos que lhe estudam, conduzindo-os para assuntos como: transformação social, ideologia dominante, economia, e novas correntes historiográficas. Espera-se que a relevância deste trabalho possa contribuir para o Ensino de História e para a formação de educandos e educadores.

Referências

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: história.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998. 108 p

BRASIL. Ministério da Educação. **Prova Brasil - Apresentação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em: 01 dez. 2019.

FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação.** São Paulo: Ibrasa, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: PAZ e TERRA, 1992.

FREIRE, Paulo 1984 [a] **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo 1984 [b] **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo 1980 [a] **Conscientização.** São Paulo: Moraes.

IDEB. **Resultados e Metas.** Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 01 de dez. 2019.

PINSKY, Jaime. **O ensino de História e a criação do fato.** 13.ed. São Paulo : Contexto, 2009.

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. **Por uma História prazerosa e conseqüente.**In: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos,práticas e propostas.** 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 17-36.

SILVA, José Carlos da. **O Ensino de História no Contexto da Legislação Educacional Brasileira.** *InterMeio:* revista do Programa de Pós-Graduação emEducação, Campo Grande, MS, v.20, n.40, p.81-96, jul./dez. 2014